

Demonstrações Financeiras

Rosal Energia S.A.

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024.....	2
INVESTIMENTOS NA OPERAÇÃO	3
DESEMPENHO ECONÔMICO	3
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO	4
SEGURANÇA DE BARRAGENS	5
 BALANÇOS PATRIMONIAIS	9
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	11
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	12
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	14
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	15
1. CONTEXTO OPERACIONAL	15
2. BASE DE PREPARAÇÃO	16
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	20
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	21
5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS.....	21
6. DEPÓSITOS JUDICIAIS.....	22
7. IMOBILIZADO	22
8. INTANGÍVEL.....	24
9. FORNECEDORES	26
10. PROVISÕES	26
11. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	27
12. ENCARGOS REGULATÓRIOS	27
13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	28
14. RECEITA LÍQUIDA	30
15. CUSTOS E DESESAIS.....	32
16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	33
17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	33
18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	36
19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	38
 RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	42
PARECER DO CONSELHO FISCAL	Error! Bookmark not defined.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Senhores Acionistas,

A Rosal Energia S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

A ROSAL ENERGIA

A Rosal Energia S.A. é uma sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT) e tem sede e foro em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Av. Barbacena, 1200, subsolo 1, Sala 8, Bairro Santo Agostinho e tem por objetivo social a geração e a comercialização de energia elétrica de qualquer origem e natureza. Poderá, para tanto, elaborar estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, a operação, a manutenção de usinas de geração e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social. A Companhia poderá ainda participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética. A UHE Rosal foi construída em 1999 e adquirida pela Cemig em dezembro de 2004. A Companhia é certificada nas normas ISO 9001, 14001 e OHSAS 18001. Possui capacidade instalada de 55 MW e volume de geração de 290.570 MWh.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O Capital Social da Companhia, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é de R\$46.944 mil, constituído por 46.944.467 (quarenta e seis milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão – CEMIG GT.

AMBIENTE REGULATÓRIO

No ano de 2024, a hidrologia verificada voltou a ficar próxima das piores já observadas na história, considerando o período entre 1931 e 2024. A Energia Natural Afluenta (ENA) ficou em 76% da média de longo termo (MLT) no Sistema Interligado Nacional (SIN), sendo que os submercados Sudeste (69% MLT), Nordeste (57% MLT) e Norte (67% MLT) foram os mais impactados. A região Sul apresentou uma hidrologia elevada, de 133% MLT, oriunda do efeito do fenômeno EL Niño durante o primeiro semestre de 2024. Apesar do cenário hidrológico bastante adverso, o armazenamento se manteve ao longo do ano em um patamar elevado frente aos últimos anos de baixa hidrologia. No final do período úmido (abril) o armazenamento estava em 75% no SIN, junto ao grupo de anos de maior armazenamento. No ponto mais baixo o armazenamento não ultrapassou 44%. Esse efeito ocorre pela sobre-oferta de energia do sistema e as restrições hidráulicas estabelecidas pelo ONS/ANA. O PLD (Preço da Liquidação das Diferenças) de 2024 teve dois momentos distintos. No primeiro semestre os PLDs

ficaram próximos ao mínimo regulatório (R\$61,07/MWh), já no segundo semestre, apesar do bom armazenamento, os preços apresentaram forte elevação dado a baixa hidrologia verificada e chegaram a R\$480/MWh em outubro. O GSF (Generation Scaling Factor) médio do ano ficou em 0,87, sendo o maior verificado em abril (1,04) e o menor em setembro (0,73).

Taxa Regulatória de Remuneração do Capital (WACC)

Em 23 de abril de 2024, a Aneel publicou a atualização dos valores das Taxas Regulatórias de Remuneração do Capital (WACC) de geração, aplicadas aos processos instruídos de março de 2024 a fevereiro de 2025. O WACC (real, depois de impostos) aplicado às usinas cotistas foi de 7,56% (7,26% em 2023).

Em 27 de março de 2025, foi publicado pela ANEEL o WACC de 7,91%, vigente no período de março de 2025 a fevereiro de 2026 para o segmento de geração.

INVESTIMENTOS NA OPERAÇÃO

Com a finalidade de manter a adequada funcionalidade e disponibilidade da usina, a Rosal Energia realiza os investimentos necessários para a manutenção dos processos e rotinas da usina, além de atendimento a requisitos legais ambientais e de segurança de barragens.

Através de técnicas de engenharia de confiabilidade, é realizado o diagnóstico de suas instalações com o objetivo de identificar os investimentos necessários para garantir a disponibilidade do ativo, redução dos riscos estrutural e funcional das barragens e às pessoas e equipamentos, e atendimento aos requisitos ambientais, regulatórios e obrigações legais.

Em 2024, a companhia investiu R\$ 5.461 mil, desse montante destaca-se a ampliação da obra de estabilização da encosta direita a jusante da barragem da usina.

DESEMPENHO ECONÔMICO

Resultado do Exercício

A Companhia apurou um lucro líquido do exercício de R\$23.164 mil em 2024, em comparação ao resultado de R\$27.839 mil em 2023.

Receita Operacional

A receita bruta de fornecimento de energia elétrica foi de R\$63.667 mil em 2024, comparada a R\$61.114 mil em 2023, que representa um aumento de 4,18%.

Custos e Despesas

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$25.347 mil em 2024, comparado a R\$19.192 mil em 2023, representando um aumento de 32,07%. Esta variação decorre, principalmente, do aumento do custo de energia elétrica comprada para revenda.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro em 2024 foi de R\$3.101 mil, comparado a R\$3.243 mil em 2023, representando uma redução de 4,38%. Essa variação decorre, principalmente, da redução da renda de aplicação financeira.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2024, a Companhia apurou o montante de R\$2.680 mil referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, representando um aumento de 10,37% em relação ao lucro de R\$25.844 mil antes dos efeitos fiscais. Comparativamente, em 2023, a Companhia apurou o montante de R\$1.454 mil referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, representando uma redução de 4,96% em relação ao lucro de R\$29.293 mil antes dos efeitos fiscais.

Lucro antes dos juros, tributos, depreciação e amortização – LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

LAJIDA	2024	2023	Var. %
Resultado Líquido	23.164	27.839	(16,79)
Despesa de IR e CS	2.680	1.454	84,32
Resultado Financeiro	(3.101)	(3.243)	(4,38)
Depreciação	5.135	5.016	2,37
LAJIDA	27.878	31.066	(10,26)

Margem LAJIDA	2024	2023
Receita Líquida	48.090	45.242
LAJIDA	27.878	31.066
Margem LAJIDA - %	57,97%	68,67%

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária - AGO a ser realizada em 2025, a seguinte proposta de destinação do Lucro Líquido de 2024, no montante de R\$23.164 mil, acrescido do saldo de lucros acumulados, no montante de R\$2.052 mil, referente à realização da reserva de ajustes de avaliação em 2024:

- R\$10.000 mil distribuídos como dividendos intercalares em 2024;

- R\$2.608 mil referente aos dividendos mínimos obrigatórios, devido a indisponibilidade de caixa da Companhia, a serem pagos como dividendos assim que a situação financeira o permitir; e
- R\$12.608 mil para constituição de reserva especial, devido a indisponibilidade de caixa da Companhia, a serem pagos como dividendos assim que a situação financeira o permitir, compondo dessa forma, o saldo das reservas de retenção de lucros.

SEGURANÇA DE BARRAGENS

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua controladora, Cemig GT, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e segurança das barragens do Grupo Cemig, por meio de contrato de operação e manutenção.

O processo realizado pela Cemig GT que visa garantir a segurança das barragens utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à lei federal 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 1.064/2023 da ANEEL).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig GT, usualmente, equipe multidisciplinar de especialistas externos.

Estão disponíveis, atualmente, planos de ação de emergências (“PAE”) específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Os Planos de Ação de Emergências são documentos que sofrem atualizações ao longo do tempo, incorporando novos dados e metodologias, a fim de buscar sua efetividade durante um evento crítico. Buscando dar celeridade à tomada de decisão, a preparação para a emergência é dividida em duas vertentes: ações internas do empreendedor e ações externas de notificação e alerta. Para o segundo objetivo, a Cemig protocolou um plano de comunicação junto às Defesas Civas e prefeituras de jusante de seus barramentos, oficializando os limites de cada nível de alerta e quais são os canais de comunicação a serem realizados. Junto aos planos de comunicação, também foram protocolados mapas de inundação para cheias naturais, além das manchas hipotéticas de ruptura.

Mantendo a sua política de estreitar o relacionamento com o público externo, em 2024, assim como ocorrido para as barragens da controladora, também para as controladas, e específico para a população afeta ao PAE das barragens, deu-se continuidade ao cronograma de atividades dentro do “Projeto VAMOS”, que concentra pauta, agenda e metodologia específica e dedicada para integração dos PAEs das barragens aos PLANCONS- Planos de Contingência dos municípios correlacionados.

Após a constituição dos 17 CIs- Comitês de Integração dos PAEs para 18 barragens da CEMIG holding em 2022, o ano de 2024 se caracterizou pela continuidade da execução dos seus respectivos cronogramas de atividades, conforme roteiro abaixo:



Dentro do cronograma 2024, foram executados:

- 14 Relatórios de Treinamentos Simulados das PCHs: Cel. Domiciano, Dona Rita, Piau, Tronqueiras, Poço Fundo, Machado Mineiro e UHEs: Sá Carvalho, Rosal, Nova Ponte, Peti, Itutinga/ Camargos, Cajuru, Salto Grande e Queimado;
- 14 Relatórios de Revisão e Atualização dos PLANCONS-Planos de Contingência Municipais para municípios da ZAS das PCHs: Cel. Domiciano, Dona Rita, Piau, Tronqueiras, Poço Fundo, Machado Mineiro e UHEs: Sá Carvalho, Rosal, Nova Ponte, Peti, Itutinga/ Camargos, Cajuru, Salto Grande e Queimado para 23 municípios;

Ainda em 2024, dentro do escopo do “Programa Proximidade”, através de suas reuniões também foram abordados os temas: Meteorologia, Operação dos Reservatórios, Segurança de Barragens e Informes do PAE junto ao público participante, divulgando também as tratativas da Cemig para os temas Recursos

Hídricos e Segurança de Barragens, listando todas as metodologias aplicadas e responsabilidades da Cemig para esses temas.

As reuniões ocorreram nas UHEs Nova Ponte, Irapé e Queimado. Os eventos contaram com a participação de cerca de 128 pessoas, dos mais diversos públicos e instituições, lideranças municipais e usuários de água, inclusive, de órgãos de resposta a emergências (Defesas Civis Municipais e Corpo de Bombeiros). Além dos temas relacionados à operação das usinas (Meteorologia, Operação do Reservatório, Segurança de Barragem e Ações Socioambientais), ocorreram também a divulgação e disponibilização do App. PROX (App. móvel de Gestão de Riscos) e apresentações relacionadas aos PAEs das barragens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia manifesta seu agradecimento aos seus acionistas controladores pela confiança e apoio recebido durante o ano. Estende, também, os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, à Diretoria da Cemig e, em especial, à dedicação de sua qualificada equipe de empregados.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de Reais)
ATIVO

	Nota	2024	2023
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de Caixa	3	869	2.963
Títulos e valores mobiliários	4	1.504	6.190
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5	12.757	7.236
Tributos compensáveis		289	65
Outros ativos		453	377
TOTAL DO CIRCULANTE		15.872	16.831
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários	4	567	-
Tributos compensáveis		660	571
Depósitos judiciais	6	547	543
Imobilizado	7	94.617	93.624
Intangível	8	7.074	7.681
Outros ativos		203	323
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		103.668	102.740
ATIVO TOTAL		119.540	119.571

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de Reais)
PASSIVO

	Nota	2024	2023
CIRCULANTE			
Fornecedores	9	3.838	1.826
Obrigações sociais e trabalhistas		727	702
Impostos, taxas e contribuições	11	1.872	822
Imposto de renda e contribuição social		176	126
Encargos setoriais	12	1.059	1.426
Dividendos a pagar	13	2.608	1.744
Convênio de compartilhamento	20	213	255
Outras obrigações		103	96
TOTAL DO CIRCULANTE		10.596	6.997
NÃO CIRCULANTE			
Encargos regulatórios	12	1.548	707
Impostos, taxas e contribuições	11	652	594
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17 b	232	281
Provisões	10	94	85
Outras obrigações		169	269
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		2.695	1.936
TOTAL DO PASSIVO		13.291	8.933
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	13		
Capital social		46.944	46.944
Reserva de ajustes de avaliação patrimonial		37.148	39.200
Reserva de capital		160	160
Reservas de lucros		21.997	24.334
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		106.249	110.638
PASSIVO TOTAL		119.540	119.571

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
RECEITA LÍQUIDA	14	48.090	45.242
CUSTOS			
Custos com energia elétrica	15	(11.296)	(5.986)
Custos de operação	15	(12.613)	(11.142)
		(23.909)	(17.128)
LUCRO BRUTO		24.181	28.114
DESPESAS	15		
Despesas gerais e administrativas		(546)	(692)
Outras despesas		(892)	(1.372)
		(1.438)	(2.064)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos sobre o lucro		22.743	26.050
Receitas financeiras	16	3.274	3.449
Despesas financeiras	16	(173)	(206)
		3.101	3.243
Resultado Antes dos Impostos		25.844	29.293
Imposto de renda e contribuição social correntes	17 c	(2.729)	(1.586)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17 c	49	132
RESULTADO DO EXERCÍCIO		23.164	27.839

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de Reais)

	2024	2023
RESULTADO DO EXERCÍCIO	23.164	27.839
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>23.164</u>	<u>27.839</u>

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva de Retenção de Lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	46.944	160	41.252	9.389	12.779	-	110.524
Dividendos adicionais propostos 2021	-	-	-	-	(12.779)	-	(12.779)
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	27.839	27.839
Realização da reserva de ajustes de avaliação	-	-	(2.052)	-	-	2.052	-
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	(13.202)	(13.202)
Destinação do resultado proposta à AGO:							
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(1.744)	(1.744)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	14.945	(14.945)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	46.944	160	39.200	9.389	14.945	-	110.638
Pagamento dividendos adicionais 2023	-	-	-	-	(14.945)	-	(14.945)
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	23.164	23.164
Realização da reserva de ajustes de avaliação	-	-	(2.052)	-	-	2.052	-
Dividendos Intermediários	-	-	-	-	-	(10.000)	(10.000)
Destinação do resultado proposta à AGO:							
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(2.608)	(2.608)
Reservas de retenção de lucros	-	-	-	-	12.608	(12.608)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	46.944	160	37.148	9.389	12.608	-	106.249

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de Reais)

	2024	2023
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	23.164	27.839
Ajustes por:		
Depreciação e amortização (Nota 16)	5.135	5.016
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos (Nota 18)	2.680	1.454
Variação monetária de depósitos judiciais Nota 17)	(4)	(5)
Provisões (Nota 11)	9	(7)
Juros de arrendamentos	18	57
Rendas de aplicação financeira	(1.740)	(2.559)
	29.266	31.795
(Aumento) Redução de Ativos		
Consumidores, concessionárias e permissionárias (Nota 5)	(5.521)	(1.428)
Tributos compensáveis (Nota 7)	(1.417)	(197)
Depósitos judiciais (Nota 6)	-	1
Outros ativos	(17)	(236)
	(6.955)	(1.860)
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores (Nota 10)	2.012	467
Obrigações sociais e trabalhistas	25	(25)
Tributos	1.108	339
Encargos setoriais (Nota 13)	474	12
Convênio de compartilhamento	(42)	1
Provisões (Nota 11)	-	14
Outras obrigações	(115)	199
	3.462	1.007
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	25.773	30.885
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.575)	(1.800)
Juros resgatados em títulos e valores mobiliários	1.727	2.490
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	25.925	31.575
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações em títulos e valores mobiliários	(46.462)	(42.091)
Resgate de títulos e valores mobiliários	50.593	51.865
Imobilizado (Nota 8)	(5.461)	(2.525)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.330)	7.249
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos (Nota 14 e)	(26.689)	(38.761)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(26.689)	(38.761)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(2.094)	63
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	2.963	2.900
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	869	2.963
	(2.094)	63

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Rosal Energia S.A. (“Companhia” ou “Rosal”), sociedade anônima de capital fechado, é concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, sediada em Belo Horizonte – MG e tem por objetivo a produção e comercialização de energia elétrica produzida na Usina Hidrelétrica de Rosal (“UHE Rosal”). A Companhia tem como controladora a Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) e como controladora final a Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”).

A UHE Rosal está localizada nos municípios de Bom Jesus de Itabapoana, no Estado do Rio de Janeiro, e São José do Calçado e Guaçuí, no Estado do Espírito Santo. O Contrato de Concessão para Geração e Transmissão de Energia Elétrica nº 001/97 foi assinado em 08 de maio de 1997, com prazo de duração da concessão para exploração de 35 anos.

Em 08 de setembro de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.931, a ANEEL alterou o Anexo I da Resolução Homologatória nº 2.919, de 3 de agosto de 2021, que dispõe sobre o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE que repactuaram o risco hidrológico. Para a Rosal, o prazo de extensão foi de 1.314 dias, com novo fim da concessão previsto para 12/2035. Em 7 de outubro de 2022, foi assinado o aditivo ao contrato de concessão da usina para constar a nova data de vigência da outorga.

A UHE Rosal foi construída em 1999 e adquirida pela Cemig em dezembro de 2004. A Companhia é certificada nas normas ISO 9001, 14001 e OHSAS 18001.

A Companhia teve sua licença de operação renovada, no início de março de 2011, por mais oito anos, já tendo sido protocolado no IBAMA novo pedido de renovação, conforme prazo estabelecido pelo órgão ambiental. Entre as ações implantadas, estão os programas de educação ambiental, de qualidade da água, reflorestamento das margens e recuperação de áreas degradadas, conservação e uso do reservatório, monitoramento de processos erosivos e a criação dos parques naturais municipais de Guaçuí (ES) e Bom Jesus do Itabapoana (RJ).

O pedido de renovação da Licença de Operação - LO, vencida em 02 de março de 2019, foi protocolado dentro do prazo legal e essa se encontra prorrogada automaticamente até a manifestação definitiva do IBAMA. Em fevereiro de 2022, o IBAMA emitiu ofício 27/2022/CGTEF/DILIC confirmando a prorrogação automática.

A Cemig Geração e Transmissão SA, via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela ANEEL, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Aneel, quando estas não são conflitantes com os pronunciamentos do CPC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 30 de junho de 2025, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

2.2 Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado conforme detalhado na nota explicativa 19.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e utilize estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas, apoiadas em fatores objetivos e subjetivos com base no julgamento da Administração, são revistas anualmente, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a

situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 8 – Imobilizado (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 14 – Receita (reconhecimento do fornecimento não faturado de Energia Elétrica); e
- Nota 19 – Instrumentos financeiros e gestão de riscos (mensuração dos valores justos).

2.5 Redução ao Valor recuperável

A Administração avalia, ao final de cada período de reporte, se ocorreram eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas dos seus ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido de despesas de venda.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

2.6 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2024 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma	Principais alterações
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis – Passivo não circulante com <i>covenants</i> e revisão da classificação de passivos como circulante ou não circulante	Esclarece que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de ‘liquidação’ para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços. Não há impactos materiais ou relevante nas políticas contábeis já adotadas pela Companhia diante dessas alterações.

Norma	Principais alterações
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 – Instrumentos financeiros: evidenciação – Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco sacado”)	As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. Para atender o objetivo de divulgação, a entidade deve divulgar, no todo, para seus acordos de financiamento de fornecedores, os termos e as condições dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento, as faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores, e informações sobre o risco de liquidez. A Companhia não possui operações de “Risco Sacado”.
CPC 06 - Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”	Acrescenta exigências de mensuração subsequente para transações de venda e <i>leaseback</i>, que satisfazem as exigências do CPC 47, para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine ‘pagamentos de arrendamento’ ou ‘pagamentos de arrendamento revisados’ de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança de arrendamento no prazo do arrendamento) que aplica as exigências gerais no CPC 06. Esse pode ter sido particularmente o caso em um retroarrendamento que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A Companhia não possui operações de <i>Sale and leaseback</i>.

2.7 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas, mas que não entraram em vigor até a data de emissão destas Demonstrações Financeiras estão apresentadas na sequência. A Companhia irá adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

Norma	Principais alterações	Início da vigência
Alterações nas normas CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	As alterações buscam definir o conceito de quando uma moeda é trocável por outra e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar uma taxa de câmbio à vista que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações para que os usuários das demonstrações contábeis possam compreender como a moeda não conversível em outra afeta o desempenho financeiro, bem como os riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.	01/01/2025

Norma	Principais alterações	Início da vigência
Alterações ao CPC 48 - Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As alterações esclarecem como deve ser a classificação dos ativos e passivos financeiros com características de ESG e similares. A norma introduz um teste adicional de SPPI (Solely Payments of Principal and Interest) para ativos e passivos financeiros com características contingentes, uma vez que esses aspectos podem afetar se a mensuração será pelo custo amortizado ou pelo valor justo. O teste SPPI é condição precedente para classificação como custo amortizado. As alterações também fornecem uma exceção sobre o momento em que um passivo financeiro deve ser desreconhecido diante de uma liquidação financeira eletrônica. Assim, foi inserida uma opção de política contábil para permitir que a empresa desreconheça um passivo financeiro antes da data de liquidação financeira, desde que os critérios especificados na norma sejam atendidos. Além disso, foram inseridos requisitos adicionais de divulgação para aumentar a transparência para os investidores em relação aos investimentos em instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros com características contingentes, como por exemplo, características vinculadas a metas ESG. A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.	01/01/2026
CPC 26 (R1) – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	O IFRS 18 substituirá o CPC 26 e introduzirá novos requisitos para apresentação da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, sendo as três primeiras são novas. A norma exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas. As alterações de escopo restrito foram feitas no CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as quais incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está no processo de avaliação dos impactos desses novos padrões, especialmente em relação à estrutura das Demonstrações dos Resultados e das divulgações das medidas de desempenho.	01/01/2027
IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	A norma permitirá que determinadas entidades controladas optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, a entidade controlada não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.	01/01/2027

Norma	Principais alterações	Início da vigência
	A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.	

Em relação aos normativos em discussão no órgão competente ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou impactos significativos.

2.8 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia, conforme segue:

	Indexador	Taxa média a.a. %		2024	2023
		31/12/2024	31/12/2023		
Banco conta movimento				198	41
Aplicações Financeiras					
Certificados de depósitos bancários – CDBs	CDI	-	80% a 108,5%	-	102
Overnight (1)	Pré-fixada	11,91% a 12,15 %	11,42% a 12,65%	671	2.820
				869	2.963

- (1) Consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

Estão divulgados na nota explicativa nº 19 a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e as práticas contábeis materiais.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Indexador	Taxas médias a.a %		2024	2023
		31/12/2024	31/12/2023		
Circulante					
Certificados de depósitos bancários - CDBs		-	103% a 104,3%	-	592
Letras financeiras bancos - LFs	CDI	104,2% a 112,0%	108,6% a 111,98%	1.178	3.815
Debêntures	CDI	TR + 1% a 122,90%	1% e 118,69%	21	63
Letras financeiras do tesouro - LFTs	Selic	12,41% a 12,45%	11,83% a 11,85%	305	1.720
				1.504	6.190
Não Circulante					
Letras financeiras bancos - LFs	CDI	104,2% a 112,0%	-	567	-
				567	-
				2.071	6.190

As práticas contábeis materiais e a classificação destes títulos e valores mobiliários estão demonstradas na nota explicativa nº 19.

A Companhia classifica de forma consistente os rendimentos resgatados desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entendem que essa é a apresentação mais adequada de acordo com suas atividades.

5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Saldos Vencidos		Total	
	Não Faturado	Até 90 dias	91 até 360 dias	2024	2023
Fornecimento Industrial	-	6.925	2.033	8.958	2.958
Fornecimento Não Faturado	3.439	-	-	3.439	3.670
Energia Elétrica de Curto Prazo	360	-	-	360	608
Total	3.799	6.925	2.033	12.757	7.236

Não há perspectiva de perda significativa. Dessa forma, não foi necessária a constituição de provisão para perda esperada de créditos.

A exposição da Companhia ao risco de crédito relacionado a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 19.

Política contábil

As contas a receber de consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida e mensuradas pelo custo amortizado. Essa rubrica inclui os respectivos tributos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados tributos a recuperar.

Os saldos são reconhecidos inicialmente ao preço de transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidas das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e reconhecendo-se os respectivos tributos diferidos. Conforme requerido pelo CPC 48, é efetuada análise do saldo e, quando necessário, são reconhecidas perdas na realização desses ativos.

6. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2024	2023
Depósitos judiciais		
Fiscais	133	133
Trabalhistas	389	387
Outras	25	23
	547	543

7. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de deprec. (%)	2024			2023		
		Custo	Deprec. Acum.	Valor Líquido	Custo	Deprec. Acum.	Valor Líquido
Em Serviço		186.175	(99.101)	87.074	181.936	(94.639)	87.297
Terrenos		3.781	-	3.781	3.781	-	3.781
Obras Cíveis, Benfeitorias e Edificações	2,34	32.439	(18.384)	14.055	32.441	(17.627)	14.814
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2,08	85.923	(45.057)	40.866	85.923	(43.267)	42.656
Máquinas e Equipamentos	3,17	63.891	(35.523)	28.368	59.650	(33.610)	26.040
Veículos	-	89	(89)	-	89	(89)	-
Móveis Utensílios	6,25	52	(48)	4	52	(46)	6
Em Curso		7.543	-	7.543	6.327	-	6.327
Total		193.718	(99.101)	94.617	188.263	(94.639)	93.624

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições (A) (1)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições Líquidas = (A) + (B)	Depreciação	Valor Líquido em 31/12/2024
Em Serviço	181.934	-	(4)	4.246	186.176	4	(99.101)	87.075
Terrenos	3.781	-	-	-	3.781	-	-	3.781
Obras Cíveis, Benfeitorias e Edificações	32.439	-	-	-	32.439	-	(18.384)	14.055
Reservatórios, Barragens e Adutoras	85.923	-	-	-	85.923	-	(45.057)	40.866
Máquinas e Equipamentos	59.650	-	(4)	4.246	63.892	4	(35.523)	28.369
Veículos	89	-	-	-	89	-	(89)	-
Móveis Utensílios	52	-	-	-	52	-	(48)	4
Em Curso	6.327	5.461	-	(4.246)	7.542	5.461	-	7.542
Total	188.261	5.461	(4)	-	193.718	5.465	(99.101)	94.617

(1) Dos investimentos realizados pela Companhia, destaca-se a ampliação da obra de estabilização da encosta direita a jusante da barragem da usina.

	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas(B)	Transferências (B)	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (A) + (B)	Depreciação	Valor Líquido em 31/12/2023
Em Serviço	181.439	-	-	495	181.934	495	(94.637)	87.297
Terrenos	3.781	-	-	-	3.781	-	-	3.781
Obras Cíveis, Benfeitorias e Edificações	32.439	-	-	-	32.439	-	(17.627)	14.812
Reservatórios, Barragens e Adutoras	85.923	-	-	-	85.923	-	(43.267)	42.656
Máquinas e Equipamentos	59.155	-	-	495	59.650	495	(33.610)	26.040
Veículos	89	-	-	-	89	-	(89)	-
Móveis Utensílios	52	-	-	-	52	-	(44)	8
Em Curso	4.297	2.525	-	(495)	6.327	2.030	-	6.327
Total	185.736	2.525	-	-	188.261	2.525	(94.637)	93.624

A Companhia avaliou o ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 e não identificou indícios de perda de valor recuperável.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL. Com exceção dos ativos que possuem vida útil superior a data de término da concessão, uma vez que estes ativos, desde que pertencentes ao projeto original, não serão indenizados ao término da concessão. As principais taxas anuais de depreciação, que consideram a vida útil esperada dos ativos, são revisadas anualmente pela Administração. A taxa média de depreciação em 2024 é de 2,50% (2,48% em 2023).

Política contábil

Os ativos imobilizados da Companhia são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, e encargos financeiros capitalizados, deduzidos da depreciação

acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento de sua baixa.

Estimativas e julgamentos

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas, em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. A vida útil econômica desses ativos é determinada de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

8. INTANGÍVEL

Intangível	2024			2023		
	Custo	Amortização acumulada	Valor Líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor Líquido
Em serviço						
Custo histórico - Servidão	299	-	299	299	-	299
Ativos da Concessão - GSF	8.900	(2.125)	6.775	8.900	(1.518)	7.382
Total	9.199	(2.125)	7.074	9.199	(1.518)	7.681

A movimentação do intangível é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições	Valor Bruto em 31/12/2024	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2024
Em serviço					
Custo histórico - Servidão	299	-	299	-	299
Ativos da Concessão - GSF	8.900	-	8.900	(2.125)	6.775
Total	9.199	-	9.199	(2.125)	7.074

Ativo Intangível	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições	Valor Bruto em 31/12/2023	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2023
Em serviço					
Custo histórico - Servidão	299	-	299	-	299
Ativos da Concessão - GSF	8.900	-	8.900	(1.518)	7.382
Total	9.199	-	9.199	(1.518)	7.681

O ativo intangível de servidão refere-se ao direito de acesso aos terrenos por onde passam as linhas de transmissão e, portanto, não é amortizado.

Agente/Usina	Ativo intangível – Direito de extensão da outorga	Fim da concessão	Extensão em dias	Novo fim da concessão
Rosal	8.900	08/05/2032	1.314	13/12/2035

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia analisou se havia indicativos de possível desvalorização de ativos, em conformidade ao previsto no CPC 01. Foi constatado que não há indicativos de perda no valor recuperável.

Política contábil

Compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangível, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na demonstração de resultado.

Estimativas e julgamentos

Repactuação do Risco Hidrológico (Generation Scaling Factor - GSF)

Nos termos da Lei nº 13.203/2015 e alterações posteriores, houve a repactuação do risco hidrológico estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017.

O procedimento adotado pela Aneel para essa compensação foi a extensão dos prazos de outorga dessas usinas. Assim, foi reconhecido pela Companhia, um ativo intangível que representa esse direito de extensão das concessões.

No reconhecimento inicial, o valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado individualmente por usina, utilizando a abordagem da receita, por meio da

qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais em relação aos valores futuros.

A vida útil dos ativos que compõem o ativo imobilizado e o intangível foi ajustada para o novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado. Assim, a amortização é realizada pelo método linear até o final do novo prazo de concessão.

9. FORNECEDORES

	2024	2023
Circulante		
Operação e Manutenção de Usina	3.688	1.811
Encargos de Uso da Rede de Distribuição	16	15
Suprimento de energia elétrica	134	-
Total (1)	3.838	1.826

(1) Houve elevação do valor do PLD, que alcançou R\$307,59/MWh e redução do valor do GSF para 0,734, que implicaram em aumento nas despesas na CCEE.

10. PROVISÕES

	2024	2023
Provisões		
Ambientais	94	85
	94	85

	31/12/2023	Adições	Liquidações	31/12/2024
Ambientais	85	9	-	94
	85	9	-	94

	31/12/2022	Adições	Liquidações	31/12/2023
Ambientais	78	7	-	85
	78	7	-	85

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia provisionou processo de natureza ambiental, no montante de R\$94 (R\$85 em 31 de dezembro de 2023), o qual discute a autuação quanto ao suposto não atendimento de notificações provenientes de entidades ambientais competentes. Adicionalmente, possui passivo contingente relacionado a processo de natureza patrimonial, cuja expectativa de perda é considerada possível, no montante de R\$246 (R\$ 221 em 31 de dezembro de 2023), que se refere à constituição de faixa de servidão para passagem de linha de transmissão.

A Administração acredita que eventuais desembolsos, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

Política contábil

Os valores são reconhecidos somente nas despesas operacionais sendo observadas situações como: (i) processos administrativos, em que discussões ocorrem em esfera administrativa, são avaliados quanto à sua probabilidade de perda na esfera judicial e (ii) processos relevantes que possuem depósitos judiciais em garantia são provisionados com base no valor atualizado do saldo do depósito realizado somente quando estes representarem a provável saída de caixa para liquidar a obrigação e nenhuma outra saída de caixa for exigida.

11. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2024	2023
Circulante		
PASEP	30	26
COFINS	139	118
ICMS (1)	1.006	264
INSS	271	143
ISS	373	203
Outros	53	68
	1.872	822
Não circulante		
COFINS Diferido	536	488
PASEP Diferido	116	106
	652	594
Total	2.524	1.416

(1) A variação é do ICMS ocorreu pela alteração na forma de recolhimento/pagamento. Em 2023, devido a legislação, o faturamento e o lançamento do recolhimento eram lançados dentro do próprio mês do pagamento. Já em 2024, o pagamento é no mês subsequente ao lançamento do recolhimento ou faturamento.

12. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	2024	2023
Passivo Circulante		
Reserva Global de Reversão - RGR	431	356
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	13	8
Empresa de Pesquisa e Expansão do Sistema Energético - EPE/MME	16	14
Compensação Financeira Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	549	440
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	9	572
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	32	28
CDE sobre P&D	9	8
	1.059	1.426
Passivo Não Circulante		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	1.548	707
	1.548	707
Total Passivo	2.607	2.133

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social da Companhia, em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 é de R\$46.944, constituído por 46.944.467 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão – Cemig GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

b) Reservas

Reservas de Lucros

A composição da conta de Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

Reservas de Lucros	2024	2023
Reserva Legal	9.389	9.389
Reserva de Lucros (Dividendos Adicionais Propostos)	12.608	14.945
	21.997	24.334

Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia não constituiu Reserva Legal em 2024, uma vez que está limitada a 20% do Capital Social.

Reserva Especial

Nos termos do §5º do artigo 202 da Lei 6.404/1976, a Companhia registrou, em reserva especial, parcela do lucro do exercício, no montante de R\$12.608 em 2024, a ser pago como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir, compondo dessa forma, o saldo da reserva de retenção de lucros.

Reserva de Retenção de Lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se aos lucros não distribuídos para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pela Diretoria Executiva da Companhia.

c) Dividendos

A obrigação de pagar dividendos é reconhecida quando a distribuição é autorizada ou

conforme previsão legal e/ou estatuto social. Diante da legislação aplicável e do Estatuto da Companhia, que prevê um pagamento de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do exercício, este é considerado uma obrigação presente na data do encerramento do exercício social, sendo reconhecido como um passivo.

O Art. 204 da Lei das SA estabelece que o Estatuto Social poderá autorizar os órgãos de Administração a declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

O estatuto social da Companhia estabelece que a Diretoria Executiva poderá declarar dividendos extraordinários, adicionais, intermediários ou intercalares, inclusive com antecipação total ou parcial do dividendo obrigatório do exercício em curso, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas referente ao resultado está demonstrado abaixo:

	2024	2023
Dividendos Obrigatórios		
Resultado do Exercício	23.164	27.839
Realização do custo atribuído	2.052	2.052
	25.216	29.891
Dividendos Propostos		
Dividendos Obrigatórios	2.608	1.744
Dividendos intermediários pagos	10.000	13.202
Reserva de retenção de lucros	12.608	14.945
	25.216	29.891

d) Ajustes de avaliação patrimonial

Saldo em 31.12.2023	39.200
Realização do custo atribuído	2.052
Saldo em 31.12.2024	37.148

Os valores registrados como custo atribuído decorrem da avaliação dos ativos de geração, com a definição do seu valor justo pelo custo de reposição na adoção inicial das normas contábeis internacionais em 1º de janeiro de 2009. A avaliação dos ativos de geração implicou em um aumento no valor desses ativos, com o registro na conta específica do Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos fiscais. Esses valores estão sendo realizados com base na depreciação dos ativos.

e) Destinação do Resultado de 2024 - Proposta da Administração

Destinação do Resultado de 2024 – Proposta da Administração

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária - AGO a ser realizada em 2025, a seguinte proposta de destinação do Lucro Líquido de 2024, no montante de R\$23.164,

acrescido do saldo de lucros acumulados, no montante de R\$2.052, referente à realização da reserva de ajustes de avaliação em 2024:

- R\$10.000 distribuídos como dividendos intercalares em 2024;
- R\$2.608 referente aos dividendos mínimos obrigatórios, devido a indisponibilidade de caixa da Companhia, a serem pagos como dividendos assim que a situação financeira o permitir; e
- R\$12.608 para constituição de reserva especial, devido a indisponibilidade de caixa da Companhia, a serem pagos como dividendos assim que a situação financeira permitir, compondo dessa forma, o saldo da reserva de retenção de lucros.

f) Movimentação dos dividendos obrigatórios

Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.744
Pagamento de dividendos obrigatórios ref. 2023	(1.744)
Constituição de dividendos intercalares ref. 2024	10.000
Pagamento de dividendos intercalares ref. 2024	(10.000)
Proposta de dividendos obrigatórios ref. 2024	2.608
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.608

14. RECEITA LÍQUIDA

	2024	2023
Receita Bruta de Energia Elétrica (a)	63.667	61.114
Deduções à Receita Operacional (b)	(15.577)	(15.872)
Receita Operacional Líquida	48.090	45.242

a) Receita bruta de energia elétrica

	2024	2023
Fornecimento Faturado – Industrial	61.587	59.098
Fornecimento Não Faturado	3.519	3.670
Suprimento a Outras Concessionárias	520	835
(-) Reversão Receita não faturada ano anterior	(3.670)	(5.000)
Transações com Energia na CCEE	1.711	2.511
Total	63.667	61.114

b) Tributos e encargos incidentes sobre as receitas

	2024	2023
COFINS	845	1.519
PASEP	183	329
ICMS	10.892	10.473
Reserva Global de Reversão – RGR	1.121	1.141
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	135	127
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	192	181
Empresa de Pesquisa e Expansão do Sistema Energético – EPE/MME	96	90
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	126	92
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	1.929	1.866
CDE sobre P&D	58	54
	15.577	15.872

Política contábil

De forma geral, para os negócios da Companhia, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance é satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado à obrigação de desempenho.

A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento.

Fornecimento Bruto de Energia

As receitas de transações com energia são registradas com base na energia comercializada. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são reconhecidas mensalmente, quando há o fornecimento de energia elétrica, com base na energia medida e faturada.

Estimativas e julgamentos

A Companhia reconhece a receita correspondente ao fornecimento de energia não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês, estimado com base no fornecimento contratado. Historicamente, as diferenças entre os valores não faturados estimados e realizados no mês subsequente não são relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

15. CUSTOS E DESESA

A composição dos custos e despesas é conforme segue:

Custos com energia elétrica

	2024	2023
Energia elétrica comprada para revenda (1)	6.296	1.087
Encargos de distribuição	5.000	4.899
	11.296	5.986

(1) Em 2024, Rosal teve mais exposições no balanço de energia, ficando com mais déficits liquidados ao PLD. O efeito está sendo contabilizado como compra na CCEE para repor estas exposições.

Custos e despesas

	Custos de operação		Despesas gerais e administrativas (1)		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Materiais	515	395	-	8	515	403
Serviços de terceiros (a)	4.822	3.820	748	716	5.570	4.536
provisões	9	(7)	-	-	9	(7)
Depreciação	5.135	5.016	-	-	5.135	5.016
seguros	-	92	-	-	-	92
peçoal	2.127	1.894	546	692	2.673	2.586
outros custos e despesas	5	(68)	144	648	149	580
	12.613	11.142	1.438	2.064	14.051	13.206

(1) As despesas gerais e administrativas se referem, principalmente, ao reembolso de gastos decorrentes do Convênio de Compartilhamento de Infraestrutura e Recursos Humanos celebrado pela Companhia e demais empresas do Grupo. Maiores informações vide nota explicativa nº 18 destas demonstrações financeiras.

a) Serviços de terceiros

	2024	2023
Manutenção e Conservação de Instalações (1)	2.437	2.137
Conservação e Limpeza de Prédios	555	535
Meio Ambiente (2)	1.699	675
Comunicação	306	291
Auditoria externa	56	34
Tecnologia da Informação	121	132
Limpeza de faixa	-	206
Outros	396	526
	5.570	4.536

(1) Os serviços de terceiros abrangem, principalmente, os serviços de engenharia, operação e manutenção prestados no âmbito do Convênio de Compartilhamento de Infraestrutura e Recursos Humanos vinculados aos processos de Engenharia, firmado entre a controladora CEMIG GT e suas subsidiárias integrais, vide nota explicativa nº18.

(2) O aumento está relacionado com a contratação de serviços para execução de projetos de recomposição florestal, supressão vegetal, limpeza de faixa e recuperação de áreas degradadas.

16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2024	2023
Receitas Financeiras		
Renda de Aplicação Financeira	1.744	2.591
Acréscimos moratórios sobre venda de energia (1)	1.137	433
Variação monetária de depósitos judiciais	4	5
Variação Monetária de créditos tributários	7	314
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS	347	-
Outras Receitas Financeiras	35	106
	3.274	3.449
Despesas Financeiras		
Variação Monetária	(144)	(138)
Outras Despesas Financeiras	(29)	(68)
	(173)	(206)
Resultado Financeiro	3.101	3.243

(1) Houve um aumento de acréscimos moratórios sobre a venda de energia, que são os juros em conta de energia elétrica, que está em linha com o aumento ao aumento da receita de energia.

Política contábil

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias.

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes

	2024	2023
Circulante		
Imposto de Renda	68	26
Contribuição Social	108	100
Total	176	126

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

	2024	2023
Não Circulante		
Imposto de Renda diferido	151	185
Contribuição Social diferida	81	96
Total	232	281

c) Conciliação do Imposto de renda e Contribuição Social

	2024	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Receita Operacional Total	63.728	63.728
ICMS ST	(7.601)	(7.601)
Percentual de Presunção	8%	12%
Receita Operacional Tributada	4.490	6.735
Receita Financeira sobre resgate efetivo de aplicações financeiras	1.829	1.829
Outras Receitas Financeiras	1.183	1.183
Base de Cálculo	7.502	9.747
Alíquota	15%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.125	877
Imposto de Renda adicional (10% sobre o valor superior a R\$180)	726	0
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Total	1.852	877
Renda de aplicações	1.744	1.744
Renda de aplicações resgatadas	1.829	1.829
Rendas de aplicações não resgatadas	(85)	(85)
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Rendas	(21)	(8)
Receita por competência diferida	(61)	(61)
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo	(5)	(7)
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Receita por Competência	(1)	(1)
Amortização Custo GSF Diferido	(607)	(607)
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo	(49)	(73)
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Amortização Custo GSF	(12)	(7)
Corrente	1.852	877
Diferido	(35)	(14)

	2023	
	Imposto Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	62.175	62.175
Percentual de Presunção	(7.673)	(7.673)
	8%	12%
	4.360	6.540
Receita Financeira Sobre Resgate Efetivo de Aplicações	2.828	2.828
Outras Receitas Financeiras	857	857
Base de Cálculo - Lucro Presumido	8.045	10.225
Alíquota	15%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	1.207	920
Adicional (10% sobre valor superior a R\$240)	781	-
IR e CS - Lucro Presumido	1.987	920
Acerto de crédito	(858)	(463)
Rendas de Aplicações	2.591	2.591
Renda de aplicações resgatadas	2.828	2.828
Rendas de aplicações não resgatadas	(237)	(237)
Alíquota	25%	9%
	(60)	(21)
Receita por competência (receita diferida)	(1.060)	(1.060)
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo	(85)	(127)
Alíquota	25%	9%
	(21)	(11)
Ganhos com repactuação do risco hidrológico (líquido amortização)	(607)	(607)
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	(49)	(73)
Alíquota	25%	9%
	(12)	(7)
Corrente	1.129	457
Diferido	(93)	(39)

Política contábil

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

Em conformidade ao ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, a Companhia não possui valores relacionados à incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro reconhecidos em suas informações contábeis.

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

Convênio de compartilhamento

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Convênio de compartilhamento								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	213	255	-	-	(25)	(255)
Cemig Geração e Transmissão	-	-	-	-	-	-	(678)	(502)
Convênio de compartilhamento - O&M								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	431	294	-	-	(1.825)	(1.826)

A Companhia possui dois contratos de compartilhamento de gastos com empresas do Grupo, trata-se do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura e do convênio de operação e manutenção da geração de energia elétrica.

O convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo foi anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016 e inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Já o convênio de compartilhamento de operação e manutenção entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração foi anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020 e inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica.

Dividendos

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Cemig Geração e Transmissão	-	-	2.608	1.744	-	-	-	-

A Diretoria Executiva aprovou a declaração de Dividendos no total de R\$25.216. Os detalhes acerca da composição e movimentação dos JCP e Dividendos estão presentes na nota explicativa nº 14.

FIC Pampulha

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Circulante								
Caixa e equivalentes	671	2.820	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	1.504	6.189	-	-	17	99	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	567	-	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 são demonstrados na tabela abaixo:

	2024	2023
Remuneração	73	78
Participação nos resultados	20	17
Previdência privada	3	3
Total (1)	96	98

- (1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2024		2023	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos					
Custo amortizado					
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias		12.757	12.757	7.236	7.236
Títulos e Valores Mobiliários		567	567	-	-
Depósitos Judiciais		547	547	543	543
		13.871	13.871	7.779	7.779
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras		671	671	2.922	2.922
Títulos e Valores Mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	2	-	0	591	591
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	1.178	1178	3.815	3.815
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	305	305	1.721	1.721
Debêntures	2	21	21	63	63
		2.175	2.175	9.112	9.112
		16.046	16.046	16.891	16.891
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		(3.838)	(3.838)	(1.826)	(1.826)

A Companhia não operou instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: mensurado a partir das cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Risco de taxa de juros

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de Liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez por meio de um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações de overnight remuneradas pela taxa CDI. Na gestão das aplicações, a companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com fornecedores está apresentado conforme abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos financeiros						
Fornecedores	3.355	400	20	135	(72)	3.838
Passivo de Arrendamento	6	12	53	127	98	296
	3.361	412	73	262	26	4.134

Risco Hidrológico

A energia vendida pela Companhia é produzida pela UHE Rosal. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

A Companhia monitora, em base contínua, a posição de seu balanço energético e de risco nas contratações de compra e venda de energia, buscando assegurar que operações são consistentes com seus objetivos e estratégia corporativa.

Política contábil

Os ativos financeiros podem ser classificados, no reconhecimento inicial, como

mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia para gestão destes instrumentos financeiros. Atualmente, a Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os passivos financeiros, em regra, devem ser classificados como mensurados ao custo amortizado, exceto quando se enquadrarem na mensuração ao valor justo por meio do resultado ou em outras exceções trazidas pela norma .

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

Mensurados ao custo amortizado

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros que (i) são mantidos dentro do modelo de negócio da Companhia com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais e (ii) os termos contratuais desses ativos dão origem a fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamento de principal e juros, conforme segue:

- créditos com consumidores, revendedores e concessionários;
- títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros.

Encontram-se nessa categoria os seguintes passivos financeiros:

- fornecedores;

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Estimativas e julgamentos

Valor justo por meio do resultado

Encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários que não são classificados como custo amortizado.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Diretor-Presidente

Sérgio Teixeira de Castro
Diretor

Andrea Marques de Almeida
Diretora

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria

Bruno Philipe Silvestre Rocha
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC - MG - 121.569/O-7



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Rosal Energia S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig Rosal Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rosal Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

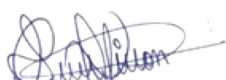
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 30 de junho de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Samuel Alisson Epaminondas Cabral
Contador CRC GO-018421/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Rosal Energia S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2024, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Relatório do Auditor Independente, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2025.

Belo Horizonte, 30 de junho de 2025.

João Alan Haddad, Conselheiro Fiscal

Arthur José Fernandes Braz, Conselheiro Fiscal

Francisco Luiz Moreira Penna, Conselheiro Fiscal